

Parecer n.º 325/2012

Data: 2012.10.16

Processo n.º 341/2012

Queixa de: Biocere - Comercialização e Produção de Produtos Agrícolas, Lda.

Entidade requerida: Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. (IFAP)

I - Factos e pedido

1. Em 20 de julho de 2012, a Biocere - Comercialização e Produção de Produtos Agrícolas, Lda. requereu (pela segunda vez) ao IFAP, IP *“cópia do despacho com a decisão que incidiu sobre a minha reclamação”*. A reclamação apresentada pela requerente tem por base a alegada eliminação, por parte do IFAP, IP, de parcelas de referência da sua “iE” (Identificação de exploração, pelo que se retira do sítio eletrónico do IFAP, IP.).
2. Perante a ausência de resposta da requerida, apresentou queixa à CADA.
3. Convidada a pronunciar-se, a entidade requerida nada disse.

II - Apreciação jurídica

1. De acordo com a Lei n.º 46/2007, de 24 de Agosto, diploma que regula o acesso aos documentos administrativos e a sua reutilização, de ora em diante designada como Lei do Acesso aos Documentos Administrativos (LADA), compete à CADA apreciar as queixas que lhe sejam apresentadas contra a falta de resposta, indeferimento ou outra decisão limitadora do acesso a documentos administrativos [n.º 1 do artigo 15.º e alínea b) do n.º 1 do artigo 27.º].
Serão deste diploma legal os preceitos normativos mencionados, posteriormente, sem qualquer outra referência.
Considerando que a entidade requerida se encontra sujeita à LADA [alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º] e que o requerimento é tempestivo, cumpre apreciar a questão que deu origem à presente queixa.
2. A LADA considera documento administrativo qualquer suporte de informação sob forma escrita, visual, sonora, eletrónica ou outra forma material, na posse dos órgãos e entidades referidos no artigo 4.º, ou detidos em seu nome [alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º].
Como refere o Acórdão n.º 0758/11 de Supremo Tribunal Administrativo, 31 de agosto de 2011, *“[p]ara que um documento seja considerado «documento administrativo» para efeitos da alínea a) do n.º 1 do referido art. 3.º daquela Lei, não*

se exige que ele esteja conexionado com alguma das actividades administrativas, bastando que esteja na posse dos órgãos e entidades referidos no artigo seguinte, ou detidos em seu nome”.

O regime geral de acesso aos documentos administrativos consta do artigo 5.º, nos termos do qual “[t]odos, sem necessidade de enunciar qualquer interesse, têm direito de acesso aos documentos administrativos, o qual compreende os direitos de consulta, de reprodução e de informação sobre a sua existência e conteúdo.”

Os documentos administrativos são, em princípio, de acesso livre e generalizado.

O artigo 6.º identifica, contudo, algumas restrições ao direito de acesso:

- a) Quando os documentos contenham informação nominativa (n.º 5);
- b) Quando contenham segredos de empresa (n.º 6);
- c) Quando haja razões para diferir ou indeferir o acesso (n.º s 1, 2, 3 e 4).

O direito de acesso à informação está, ainda, sujeito a limites ou restrições, para salvaguarda de outros bens, constitucionalmente tutelados e de direitos que com ele entrem em colisão, nomeadamente referentes à dignidade da pessoa humana, direitos das pessoas à integridade moral, ao bom nome e reputação, à palavra, à imagem, à privacidade, restrições impostas pelo segredo de justiça ou pelo segredo de Estado¹.

3. Documentos nominativos são, para efeitos da LADA, os documentos administrativos que contenham, “acerca de pessoa singular, identificada ou identificável, apreciação ou juízo de valor, ou informação abrangida pela reserva da intimidade da vida privada” [alínea b), n.º 1, artigo 3.º].

É nominativo o documento administrativo que revele, por exemplo, informação de saúde, da vida sexual, de convicções ou filiações filosóficas, políticas, religiosas, partidárias ou sindicais.

São ainda nominativos os documentos administrativos que contenham opiniões sobre a pessoa (nomeadamente as expressas em processos de averiguações, de inquérito e disciplinares), os que traduzam descontos no respetivo vencimento, feitos não *ope legis*, mas *ope voluntatis* ou na sequência de decisão judicial e outros documentos cujo conhecimento por terceiros possa, em razão do seu teor, traduzir uma invasão da reserva da intimidade privada.

Assim, dados como o nome, a filiação, os números de bilhete de identidade e de contribuinte fiscal, as habilitações académicas e/ou profissionais não são, à luz da

¹ J.J. Gomes Canotilho/Vital Moreira, Constituição da República Portuguesa Anotada, 4.ª Edição, Volume I, Coimbra Editora, 2007, pp. 573-574; Jorge Miranda/Rui Medeiros, Constituição Portuguesa Anotada, Tomo I, Coimbra Editora, 2005, p. 430.

LADA, elementos que traduzam em si mesmos apreciações, juízos de valor ou informações abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada, pelo que são, em geral, de livre acesso por se enquadrarem no conceito de documentos administrativos não nominativos.

Os documentos nominativos são comunicados, apenas:

- a) À pessoa a quem os dados digam respeito;
- b) A terceiros munidos de autorização escrita;
- c) A terceiros que demonstrem possuir interesse directo, pessoal e legítimo no acesso (n.º 5 artigo 6.º).

Os documentos nominativos “*são objecto de comunicação parcial sempre que seja possível expurgar a informação relativa à matéria reservada*” (n.º 6 do artigo 7.º).

4. O requerente solicita cópia de um despacho incidente sobre uma reclamação sua. Esse documento, existindo, não se enquadra em qualquer das exceções previstas no artigo 6.º.

De facto, tendo o requerente efetuado requerimento à Administração, esta tem a obrigação de transmitir a posição que tomou (se tomou) sobre a questão. Como tal, o requerente tem direito de acesso ao documento do qual consta essa posição.

Como tal, a existir, o documento deve ser facultado ao requerente.

5. Ao abrigo da LADA, a Administração não está obrigada à elaboração de documentos com o fim exclusivo de satisfazer o direito de acesso dos cidadãos, nem à prestação de quaisquer outras informações para além das previstas no referido artigo 5.º.

Como foi referido no parecer n.º 10/2004, desta Comissão:

“Constitui doutrina da CADA que os serviços públicos só estão obrigados a facultar o acesso a documentos que efectivamente detenham, não estando vinculados, para satisfazer o requerimento de um interessado, a elaborar documentos, designadamente a fazer qualquer trabalho de composição, de síntese ou de elaboração a partir de outros”.

Neste sentido estabelece o n.º 5 do artigo 11.º que “*a entidade requerida não tem o dever de criar ou adaptar documentos para satisfazer o pedido*”.

Face ao exposto, conclui-se que a entidade requerida não está, nos termos da LADA, obrigada à elaboração de documentos que contenham as informações a que o requerente pretende aceder.

Pode fazê-lo, mas não está a isso obrigada.

Caso o documento do qual se solicita fotocópia efetivamente não exista, deve a entidade requerida comunicar esse facto à requerente.

III - Conclusão

Face ao exposto, entende-se que, caso exista o documento cuja fotocópia é solicitada, deve esta ser facultada.

Caso não exista, deve esse facto ser comunicado à requerente.

Comunique-se.

Lisboa, 16 de outubro de 2012

Helena Delgado António (Relatora) - Pedro Delgado Alves - David Duarte - Maria Eduarda Azevedo - Paulo Moura Pinheiro - Antero Rôlo - Renato Gonçalves - Artur Trindade - João Perry da Câmara - António José Pimpão (Presidente)